

INTERVENÇÃO SOBRE TOXICODEPENDÊNCIA PLENÁRIO DE 22 DE JANEIRO DE 2008-01-17

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados
Senhora e Senhores Membros do Governo

Como podemos constatar da leitura do “Relatório da Comissão Eventual Que se Debruçou Sobre os Problemas do Alcoolismo, Droga, Pornografia e Prostituição Nos Açores” - publicado a 23 de Novembro de 1977, no Suplemento ao Diário nº 54, a toxicodependência tem sido um tema de preocupação política dos deputados desta Assembleia desde a I Legislatura,

Esta referência interessa-nos porque às vezes na azáfama do dia a dia, enquanto pessoas e deputados neste Séc XXI, temos tendência a assimilar um conhecimento restringido a cortes, no aqui e agora, das questões que afectam a nossa sociedade, e sobre as quais queremos e devemos intervir. Ignorando o conhecimento advindo do corte longitudinal das mesmas, a visão fica empobrecida e as avaliações do realizado descontextualizadas desta dimensão da realidade.

Algumas das enunciações contidas no Relatório continuam a ter toda a pertinência nos dias de hoje:

A questão do “vasto mercado negro” que foi surgindo com o aparecimento de determinadas substâncias, algumas das quais na sequência de pesquisas médicas e que chegaram a ser utilizadas como medicamentos;

Saber que em “ Em Portugal os traficantes de droga aumentaram desde 1968 a esta parte, calculando-se em 100 000 os jovens drogados em todo o território português.” E continuando a citar, “Sabemos ainda que a droga existe na nossa Região. Pode bem ser em diminutos casos mas o facto é que ela já foi detectada nos Açores”[...] “Trata-se de um problema em que a juventude será mais vulnerável tanto mais que poderosas e vastas redes internacionais de traficantes se empenham na sua rendosa difusão; e continua, “do ponto de vista policial, o combate à toxicomania, a nível mundial deveria visar as redes ou parte delas, por vezes, a detenção de consumidores ou de distribuidores eventuais é desaconselhável porque impede o bom andamento das investigações.”

Também se pronunciaram sobre as causas salientando as de natureza sociológicas e as psico-afectivas. Em relação à primeira, e a título de curiosidade saliento o ponto 6, da alínea A, do Capítulo IV quando diz: “na nossa Região o desejo “de novidade” é uma das mais importantes causas motivadoras do uso da droga. Entre nós e talvez pela nossa situação de ilhéus, um desejo de novidade não só é uma necessidade intrínseca ao próprio indivíduo como também é alimentada por aqueles que já experimentaram a “viagem”. Vivendo isolada, a nossa população tem sempre vontade de conhecer o que se passa noutras paragens. Assim mais do que “inventar” (desejo intrínseco de novidade) gostamos de experimentar (desejo de novidade já inventada).”

E do ponto de vista da prevenção, entendia a Comissão, ser necessária a ajuda de toda a sociedade....” Salientam e bem que enquanto na antiguidade a droga tinha um cunho mágico e religioso, a toxicomania moderna tem um aspecto individualista e anárquico sem função social ou religiosa e visa unicamente a satisfação individual. Devido ao seu elevado custo, a droga está ainda reservada a castas elitistas....

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados
Senhora e Senhores Membros do Governo

A preocupação com evolução do fenómeno Droga, pode ser constatada ao longo das Legislaturas, através das intervenções dos Senhores Deputados, das quais darei duas notas:

Na II Legislatura, II Sessão Legislativa, no Diário de 17 de Junho de 1984, através de um requerimento da oposição, assinado por Avelino Rodrigues e Carlos César, podemos verificar da leitura do primeiro considerando “que o aumento do numero de jovens envolvidos no uso e consumo de droga é cada vez maior, assumindo já proporções alarmantes, como constitui prova evidente o facto de mais de três centenas de jovens estarem neste momento a aguardar julgamento na Ilha de São Miguel”;

Na III Legislatura, I Sessão Legislativa, Diário de 19 de Junho de 1985, o Deputado Decq Mota, invoca a necessidade de “Uma política de combate à droga que encare o problema de frente, ..., e para o qual devem ser urgentemente adoptadas medidas para a prevenção da droga e a criação de mecanismos necessários de apoio às acções de tratamento, reabilitação e reintegração social e profissional dos toxicómanos, combatendo e reprimindo o tráfico de drogas e seus agentes”.

E muitas mais intervenções, de certeza, seriam encontradas se continuássemos a pesquisar.

Mais recentemente e já nos governos do Partido Socialista, foram efectuados dois Relatórios sobre a Problemática da Toxicodependência, o primeiro, a 3 de Setembro de 1997, realizado pela Comissão de Juventude e Assuntos Sociais, que eu própria presidia.

É de relembrar que nessa altura as Escolas, através dos conselhos directivos que responderam ao inquérito, assinalaram desconhecer a existência de toxicodependentes dentro da sua Escola. A pergunta colocada restringia-se, de facto, a toxicodependentes e não a consumos esporádicos ou experiências dispersas, pois este tipo de inquérito envolve outras metodologias e instrumentos de análise que não pertenciam á competência de uma Comissão Parlamentar.

Na altura o total de toxicodependentes observados pelo conjunto dos Hospitais, Centros de Saúde, Casas de Saúde Psiquiátricas e Psiquiatras em consultórios privados foi de **138 indivíduos**, sinalizados pelos Instituto de Reinserção Social, 47, Estabelecimentos

Prisionais, 48, PSP e GNR, 163, IPSSs (Alternativa e três Centros Sociais Paroquiais), 60.

É importante salientar ainda a realização, em 15 de Outubro desse mesmo ano, do Plenário Jovem subordinado ao tema, “Toxicod dependência e Problemas Conexos”, tendo em conta que o estudo efectuado pela Comissão, e decidido em Conferência de líderes, tinha por objectivo munir o Plenário de informações sobre a matéria.

No debate alguns jovens questionaram as resposta dos conselhos directivos, outros abordaram a questão da descriminalização do consumo confundindo-o muitas vezes com a liberalização das drogas – neste caso deveriam abranger somente as drogas leves - , outros focaram a importância do papel da família, para além da Escola, na prevenção, outros, ainda, questionaram o dogmatismo da lei, não separando os toxicod dependentes dos traficantes. Abordaram também as questões ideológicas relacionadas as posições proibicionistas e antiproibicionistas da posse e uso de estupefacientes.

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,
Senhora e Senhores Membros do Governo,

Após a apresentação do referido Relatório e o debate no Plenário de 9 de Setembro de 1997,o GPPS, com o objectivo de obter um conhecimento o mais aprofundado possível da dimensão e natureza da problemática da toxicod dependência, apresentou uma proposta de Resolução nesse sentido. Aprovada por unanimidade, foi de seguida constituída uma Comissão Eventual para o Estudo da Toxicod dependência na Região Autónoma dos Açores, a qual tive a honra de presidir.

A 31 de Maio de 2000 é apresentado o Relatório do trabalho realizado durante dois anos O número de toxicod dependentes obtido do conjunto dos psiquiatras de clínica privada, hospitais, e casas de saúde foi de **315 indivíduos**. Quanto às Escolas, duas relataram 11 casos, todos de consumo de haxixe;.

Entretanto, é só na vigência do I Governo do Partido Socialista que uma enorme e gritante carência relacionada com o problemática da Toxicod dependência é finalmente colmatada quando em **Julho de 1998 é aberta a Clínica de São João de Deus**. É uma nova Valência da Casa de Saúde de São Miguel, orientada para o tratamento das dependências em doentes de ambos os sexos, alcoólicos e toxicod dependentes de drogas ilícitas.

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados
Senhora e Senhores Membros do Governo.

O fenómeno da Droga/Toxicod dependência emerge dos dois vectores que definem o mercado, a oferta, neste caso sem qualquer regulação possível por pertencer a uma economia paralela originada num mercado ilícito, e a procura em que os cidadãos mais

frágeis, os mais jovens, mas não só, são os mais fáceis de seduzir para os consumos – aliás como para qualquer tipo de consumo surgido de uma oferta muito agressiva.

Sendo multissectorial, o fenómeno abrange aspectos judiciais da oferta e da procura, os aspectos clínicos orientados para o cuidar e tratar, os sociais centrados no assistir e reintegrar, e os educacionais centrados na prevenção primária.

A compreensão do fenómeno toxicodependência/droga tem evoluído no conhecimento mais aprofundado das substâncias psicoactivas ilícitas, designadamente na constatação da existência de princípios activos perigosos que criam uma dependência grave com um síndrome de privação intenso e doloroso, cuja dose excessiva pode levar à morte. Essencialmente devido a este tipo de doentes, os dependentes dos derivados do ópio, como a heroína, foi e continua a ser necessários cuidados médicos especializados com abordagens específicas.

Esses cuidados são exigidos pela nossa sociedade como essenciais, bem como a Prevenção, tal como é definida por Keplin (1996), como sendo um conjunto de estratégias, destinadas a criar e manter estilos de vida saudáveis, englobando, para o efeito, o envolvimento das comunidades, incluindo famílias, escolas, igrejas e dos seus Sistemas tais como os políticos, forças de segurança e meios de comunicação social.

Entretanto, do ponto de vista do tratamento, começou a surgir, em 1995, na Holanda, uma nova estratégia, a complementar as anteriores, denominada “redução de danos”. Mal compreendida e rejeitada por alguns sectores da nossa sociedade no seu início, foi uma luta do Governo do Partido Socialista a sua introdução na Região. Felizmente os que se aperceberam do seu alcance, rapidamente tiveram a confirmação da bondade e necessidade da medida, nomeadamente os doentes e as suas famílias que vieram beneficiar dos programas terapêuticos de “Redução de Riscos e Minimização de Danos” ao serem medicados com Metadona, a substância indicada para o efeito.

Assim, **em 1999** foi introduzido o Referido Programa, na Clínica de Dependências da Casa de Saúde de São Miguel e no hospital de Angra do Heroísmo.

Em **Junho de 2001** existiam no Programa de Metadona **97** doentes em S. Miguel e **86** na Terceira.

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,
Senhora e Senhores Membros do Governo,

Prevalecendo, na actualidade, uma visão humanista e holística do toxicodependente, por oposição à visão dicotómica de Consumo ou Abstinência, a avaliação do doente deve ser efectuada caso a caso, baseada em parâmetros como a qualidade de vida, a cronicidade e comorbilidade, ou seja, a coexistência de doenças como a tuberculose e infecção pelo HIV. Face a esta abordagem as intervenções terapêuticas deverão ser aquelas que melhor se adequam ao doente e cujas evidências epidemiológicas e clínicas apontam como sendo as melhores escolhas do ponto de vista dos resultados.

Mas para que essa visão se pudesse concretizar em toda a sua aceção era necessário que o toxicodependente deixasse de ser enviado para os estabelecimentos prisionais, mas sim para os programas terapêuticos, o que veio a suceder, não sem antes haver acesos debates sobre a matéria.

Assim, tendo mais uma vez o Partido Socialista na vanguarda do processo, fez aprovar a Lei nº30/2000, de 29 de Novembro e adaptada à Região pelo DLR Nº 7/2001/A, de 27 de Abril, que define o regime jurídico aplicável ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, bem como a protecção sanitária e social das pessoas que consomem tais substâncias sem prescrição médica.

O consumo no âmbito definido na lei passa a ser uma contra-ordenação em vez de um crime. O processamento dessas contra-ordenações e aplicação das respectivas sanções competem a uma comissão designada “comissão para a dissuasão da toxicodependência”, especialmente criada para o efeito.

Nos Açores foram criadas três Comissões (CDT). O total de processos relativos aos indivíduos presentes às Comissões, desde a sua criação até 2006 foram :

São Miguel = 420 (33 em 2001 e 72 em 2006);

Terceira = 129 (15 em 2001 e 36 em 2006);

Faial = 65 (9 em 2001 e 14 em 2006).

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados
Senhora e Senhor membro do Governo,

Por o tudo que ficou dito, pode constatar-se que os governos do Partido Socialista têm vindo a intervir de uma forma consistente e estruturada na área da toxicodependência. Têm-no feito através das acções referidas e outras relacionadas com a execução do Programa Regional de Prevenção do Mau Uso e Abuso de Substâncias Psicoactivas/Droga.

Assim, passarei a elencar algumas dessas acções efectuadas de uma forma sistematizada e continuada, numa periodicidade anual, desde 2005:

ITEM I - PREVENÇÃO PRIMÁRIA

Campanha “ Ondinha Prevenida, Verão Divertido” para crianças entre os 6 e os 12 anos de idade; Campanha “Vicia-te na Vida”, dirigida essencialmente aos adolescentes e jovens, associada a eventos e desenvolvida em todas as ilhas; “Futebol de Rua”, denominada “Vencer a Pobreza e a Exclusão em todos os Campos”, para públicos excluídos com o objectivo de apoiar a reinserção psicossocial e laboral. Desenvolvida em toda a Região; Campanha de Prevenção do Tabaco, população alvo; em meio escolar e população em geral inseridas no meio laboral, efectuadas todos os anos

ITEM II –REDUÇÃO DE RISCOS E MINIMIZAÇÃO DE DANOS O número de doentes no Programa de substituição de opiáceos com Cloridrato de Metadona, na Clínica S. João de Deus, **em 2007, era de 210.**

No Centro de Adictologia do Hospital de Angra, até ao final de Setembro de **2007, era de 223.**

ITEM III – TRATAMENTO

Na Clínica São João de Deus, consultas, internamento e reabilitação.

Número de internamentos **desde Julho de 1998 até Outubro de 2007** foi de **1 562**, o que representa um média de 173,5 ao ano. Infelizmente a instituição não tem separados os primeiros internamentos dos reinternamentos.

Já em relação às consultas a partir de 2007, começou a fazê-lo. Tendo efectuado até Outubro, 59 primeiras consultas e 374 segundas.

Associação Alternativa com um Programa Terapêutico e um Programa Ocupacional de Reabilitação e de Reinserção, ainda uma Empresa de Inserção.

Em **Novembro de 2007** esses programas tinham **55 doentes**, 30 em ambulatório e 25 em reabilitação.

O Centro de Adictologia do Hospital de Angra do Heroísmo, com consultas, e se necessário o internamento, complementa com a Clínica de São João de Deus, ou com as Comunidades Terapêuticas protocoladas com o IDT, no continente.

Quanto à Horta é a Terceira a responsável pela Metadona a enviar para unidade de saúde a que pertence o doente. Prevê-se a abertura em breve de um Centro de Apoio e de Redução de Danos na Horta.

ITEM V – FORMAÇÃO

Nas escolas, execução do “Projecto Drogas Lícitas e Ilícitas”, realizado em 2005,06,07, num total de 11800 alunos;

Outros Projectos, nos mesmos três anos, abrangendo 350 professores e 3600 alunos.

Em números totais ano de população abrangida correspondeu a **2 180** em 2005, **6 660** em 2006 e **6 910** em 2007.

ITEM VI - INVESTIGAÇÃO E INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA

Em 2005 foi apresentado um estudo efectuado por Alberto Peixoto, com o apoio do Governo Regional, sobre Dependências e Outras Violências. Este trabalho, refere que em termos gerais nos Açores prevalece o consumo de cannabis, liamba e haxixe, atingindo os 8%, (1920 indivíduos num universo de 240000) sendo superior à média nacional, quantificada em 7,6%. A cocaína é consumida por 0,1% da população (240), sendo a média nacional de 0,9%; a heroína, 0,1%, enquanto a média nacional é de 0,7% da população. O somatório das drogas não especificadas é de 0,8% contra 0,9% nacional.

A Região participou de um primeiro estudo sobre os consumos em meio escolar promovido pelo IDT, em 2001, e mais recentemente em 2006/07, cujos resultados estão para serem apresentados muito em breve. No entanto, e numa informação genérica e preliminar, no que concerne aos consumos em meio escolar podemos referir que todos os tipos de consumos diminuíram em relação a 2001. Significa que trabalho de prevenção primária que se tem vindo a efectuar em meio escolar mais metodicamente e incisivamente, desde 2001, estará a dar os seus frutos.

Participa, ainda, durante o triénio de 2005/2008, num estudo de Investigação Nacional e Internacional designado por “Estudo da Cultura Recreativa como Instrumento para a Prevenção de Comportamentos de Risco”.

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados
Senhora e Senhores Membros do Governo,

A Luta Contra a Droga é um combate civilizacional, é um combate a um mercado ilícito que vale, segundo as estimativas de Junho de 2005 da ONU, 270 mil milhões de euros, preço de rua, ao retalho, onde 4,5 milhões de europeus terão consumido cocaína em 2007, mais 1 milhão que em 2006; é um combate em que a cada momento surgem novas drogas, novas dependências exigindo novas abordagens, para as quais temos de estar preparados para enfrentar as suas consequências com firmeza e esperança.

Esta luta é de todos, da sociedade em geral, do governo, das autarquias (finalmente algumas começam a assumir as suas responsabilidades), das Igrejas, e das Instituições de Intervenção Social, tendo sempre por base o imprescindível e insubstituível papel da família.

Os governos do Partido Socialista têm vindo a intervir de uma forma sistemática e desenvolvimentista criando ou apoiando a criação de diversas e diferentes valências de intervenção na problemática.

Sinais positivos dessa tarefa é que hoje por força da rede de respostas já criada, acrescida das valências que se venham a criar, novos desafios nos são colocados. Desafio lançado pelos parceiros do Serviço Regional de Saúde, as IPSSs, enquanto membros do Sistema Regional de Saúde, para a necessidade de coordenação e complementaridade das respostas já existentes, por forma a congregar experiências e sinergias colocando-as ao serviço dos doentes, e, ainda a uniformização de conceitos e instalação de instrumentos de gestão clínica para a obtenção de dados estatísticos fidedignos.

Os governos do Partido Socialista têm assumido as suas responsabilidades. Afirmá-lo não é fazer demagogia, não é dizer que se resolveu o problema, o que aliás nenhum país, região, instituição ou entidade, mesmo com muitos mais recursos não foi, até hoje, capaz de o fazer - e não foi capaz porque, Senhoras e Senhores Deputados, nas circunstâncias referidas é impossível acabar com o problema da Droga/toxicodependência. Temos sim de o combater afincadamente com o intuito realista de **controlar o fenómeno e minorar as suas consequências**.

É isto que os Governos do Partido Socialista têm vindo a fazer, e é isto que os futuros Governos do Partido Socialista se propõem continuar a fazer.

Disse!

Sala das Sessões, 22 de Janeiro de 2008
Deputada Regional: Fernanda Mendes